



40 anos
UnB à frente!

Lauro Morhy
organizador geral

Volume 2

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial



EDITORA



UnB

Ao longo de 2002 quando comemora seus quarenta anos, a UnB convidou toda a sociedade brasileira a participar do amplo debate preparatório à escolha do dirigente da Nação. Para tanto, foi instalado, em fevereiro de 2002, o Fórum *Brasil em Questão*, com o objetivo de estimular a troca de idéias sobre propostas e ações indispensáveis à superação dos grandes desafios nacionais.

Brasil em Questão foi concebido em dois períodos distintos. A primeira etapa, de fevereiro a julho, foi o momento de discussão sobre onze questões-chave da agenda do País. O resultado deste amplo esforço foi apresentado à sociedade em agosto de 2002, com o lançamento do primeiro volume do livro *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial*. Já a segunda etapa do Fórum *Brasil em Questão*, realizada entre os meses de agosto e setembro, buscou ampliar a visibilidade do debate entre a sociedade brasileira e os candidatos à Presidência da República. Para tanto, vieram à UnB em momentos distintos

Volume 2

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial

Fernando Henrique Cardoso
Presidente da República

Paulo Renato Souza
Ministro da Educação

Francisco César de Sá Barreto
Secretário de Educação Superior

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Conselho Diretor

Lauro Morhy – Presidente
Antônio C. de Matos Paiva
Carlos Alberto Rodrigues da Cunha
Carolina Martuscelli Bori
Flávio Rabelo Versiani
Inocência Mártires Coelho
Gileno Fernandes Marcelino
Jacques Rocha Velloso

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

Reitor: *Lauro Morhy*
Vice-Reitor: *Timothy Martin Mulholland*
Decano de Ensino de Graduação: *Michelângelo Giotto S. Trigueiro*
Decana de Pesquisa e Pós-Graduação: *Noraí Romeu Rocco*
Decana de Extensão: *Dóris Santos de Faria*
Decano de Administração e Finanças: *Érico Paulo Siegmar Weidle*
Decana de Assuntos Comunitários: *Thérèse Hofmann Gatti*
Laboratório de Estudos do Futuro: *Henrique de Sousa Novaes*
Assessoria de Assuntos Internacionais: *José Flávio Sombra Saraiva*
Assessoria de Comunicação: *Rodrigo Caetano*



Volume 2

Brasil em Questão

A Universidade e a
Eleição Presidencial

Organizador Geral

Lauro Morhy

Co-organizadores

Marcos Formiga

Regina Marques

Adler Andrade

Tânia Costa

Universidade de Brasília

Laboratório de Estudos do Futuro/Gabinete do Reitor

Editora Universidade de Brasília

2002

Editores responsáveis: Regina Marques

Tânia Costa

Adler Andrade

EQUIPE EDITORIAL

PROF.ª DR.ª WÂNIA DE ARAGÃO-COSTA E BEL.ª CARMEM GALVÃO (Preparação de Originais e Revisão)

FERNANDO BRANDÃO E FRANKLIN CRUZ (Editoração Eletrônica)

FORMATOS DESIGN GRÁFICO (Projeto Gráfico)

FORMATOS DESIGN GRÁFICO (Capa e Aberturas sobre ilustrações de Richard Cook- *Getty Images*)

Degração e Transcrição: Tânia Costa e Regina Marques

Ficha catalográfica elaborada pela
Biblioteca Central da Universidade de Brasília

B823 Brasil em questão 2: a universidade e a eleição presiden-
 cial / Lauro Morhy (organizador). – Brasília : Universi-
 dade de Brasília, Laboratório de Estudos do Futuro :
 Editora Universidade de Brasília, 2002.
 264p.

ISBN 85-230-0705-8

1. Política – Brasil. 2. Cidadania. 3. Universidade.
4. Eleição presidencial – Brasil. I. Morhy, Lauro
(organizador)

CDU – 32(81)

324(81)

342.71

Sumário

APRESENTAÇÃO

Lauro Morhy 9

Parte I

Discursos e Respostas Fórum *Brasil em Questão*

07 de agosto Ciro Gomes 15

14 de agosto Anthony Garotinho 63

04 de setembro Luiz Inácio Lula da Silva 97

Parte II

Respostas Fórum *Brasil em Questão*

José Serra 141

José Maria de Almeida 159

Rui Costa Pimenta 181

Parte III

Contribuições Fórum *Brasil em Questão*

Documento da ANDIFES
Associação Nacional dos Dirigentes das
Instituições Federais de Ensino Superior 201

Proposições da ABMES Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior	207
Carta da ABED Associação Brasileira de Educação a Distância	229
Contribuição da ABRUEM Associação Brasileira de Reitores das Universidades Estaduais e Municipais	233
Carta de São Paulo 4º Congresso Nacional de Educação – CONED Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública	247



Contribuições Fórum *Brasil em Questão*

ANDIFES

ABMES

ABED

ABRUEM

CARTA DE SÃO PAULO

Parte III

Considerações Iniciais

A Associação Brasileira dos Reitores das Universidades Públicas Estaduais e Municipais – ABRUEM, criada em 1991, é formada atualmente pelos dirigentes de 38 (trinta e oito) instituições públicas de ensino superior estaduais e municipais, distribuídas em 18 (dezoito) Estados do País.

Seus principais objetivos institucionais são: a) a promoção, a integração e a valorização das Universidades Públicas Estaduais e Municipais; b) a representação do conjunto de suas filiadas; c) a coordenação dos interesses comuns de seus membros; e d) o apoio às instituições em nível de órgãos públicos e privados.

No momento em que os Partidos Políticos, de forma isolada, ou com coligações partidárias, por seus candidatos à Presidência da República, apresentam e discutem com a Nação suas propostas de Programa de Governo, a ABRUEM espera contribuir para estas com sugestões que possam ser traduzidas em propostas que contemplem a Educação Superior, notadamente para o segmento das instituições estaduais e municipais.

Espera, pois, a ABRUEM, com esta atitude, contribuir não apenas para a construção das propostas de Programas de Governo

dos candidatos à Presidência da República, mas, acima de tudo, para o fortalecimento do exercício da democracia e, por conseguinte, para a construção da cidadania plena.

Educação, Ciência e Tecnologia como Eixos do Desenvolvimento do Brasil

Os indicadores conjunturais deste início de Século XXI, tanto no plano internacional quanto no plano nacional – este muito em decorrência daquele –, apontam para a supremacia dos Estados Nacionais Democráticos em relação àqueles onde predomina o totalitarismo; reafirmam a Educação, com real importância para a Educação Superior como instrumento universal do desenvolvimento da humanidade; e ratificam a importância da Ciência e da Tecnologia, desde que disponíveis para todos, como fundamento da elevação dos padrões de qualidade de vida das populações.

O Estado Brasileiro, tanto no plano federal, quanto nos planos estaduais e municipais, como sabemos, historicamente, sempre foi claudicante com as questões educacionais da sua população. Decerto, não fossem as omissões do Estado Brasileiro no campo educacional, já teríamos alcançado, no presente, nível de desenvolvimento bem superior ao estágio atual.

Não se constitui equívoco afirmar que o Brasil não conseguiu construir, nos seus quinhentos anos de existência, Políticas Educacionais que respondessem às necessidades conjunturais. Mesmo agora, momento em que avanços quantitativos e qualitativos acontecem na Educação, não nos podemos referir à execução de uma Política Educacional Nacional.

Não podemos esperar que o desenvolvimento econômico do País e o desenvolvimento social da população alcancem níveis melhores – abstraindo-se as questões decorrentes das desigualdades regionais – do que os atualmente apresentados, sem que o padrão cultural e o educacional do conjunto da população sejam melhorados/elevados. Esta condição, regra universal, pode ser bem ilustrada com os exemplos de países como o Japão, a Coréia do Sul e até mesmo a China.

Se temos problemas a serem resolvidos no campo da Educação, envolvendo desde a universalização, especialmente no nível infantil e no fundamental, à avaliação e ao padrão de qualidade, desafios maiores temos também no campo da Ciência e da Tecnologia.

A produção científica brasileira, não obstante a existência de algumas ilhas de excelência, em escala mundial ainda é pouco significativa tanto em volume quanto em qualidade. As razões de tal quadro são de naturezas diversas, desde aquelas históricas, passando pelos investimentos, pelos recursos humanos e pela infraestrutura.

A sociedade do conhecimento e da informação, designação em moda para caracterizar os países desenvolvidos e alguns países emergentes que alcançaram níveis relativos de desenvolvimento social, calcada nos seus Padrões Científicos e Tecnológicos Nacionais, fomentou nova modalidade de dependência dos países pobres, como é o caso da transferência do conhecimento e da tecnologia.

Condição indispensável para o Brasil se afirmar no cenário internacional, especialmente no plano econômico, é o desenvolvimento de uma base científica e tecnológica para o atendimento às demandas internas e externas.

As Instituições Estaduais e Municipais de Ensino no Conjunto da Educação Superior Brasileira

A demanda pelo Ensino Superior no Brasil ainda é bastante reprimida, o que pode ser constatado no vergonhoso indicador de que apenas 12% (doze por cento) da população brasileira na faixa etária de 18 a 24 anos encontra-se matriculada em curso superior – nos Estados Unidos esse índice chega aos 78% e na Bolívia a quase 30% –, quanto na relação candidato/vaga nos vestibulares e nas outras modalidades de seleção para o ingresso no Ensino Superior, verdadeiro funil que, quase sempre, filtra, por motivos óbvios, os jovens oriundos das camadas mais pobres da população, contribuindo para a manutenção das desigualdades sociais.

Do ponto de vista organizacional, os diplomas Jurídicos Legais estabeleceram duas modalidades de sistemas para a Educação Superior: o Sistema Federal, que engloba as instituições de ensino superior públicas federais, e as instituições privadas, comunitárias e confessionais, e os sistemas estaduais, englobando as instituições de ensino superior estaduais e municipais em cada Unidade da Federação.

As instituições privadas, como sabemos, desenvolvem a Educação sob o prisma da atividade comercial, em busca do lucro. Daí que suas áreas preferenciais de atuação são as capitais e as cidades grandes e médias dos Estados do Centro-Sul, além das capitais dos demais Estados, lugares onde parcela dos egressos do Ensino Médio, com condições de pagar pela Educação, garantem-lhe o funcionamento.

As instituições públicas federais, via de regra, localizam-se nas capitais dos Estados, não fazendo parte da sua estratégia de desenvolvimento, pelo que se vê, a extensão das suas atividades às cidades pólos de desenvolvimento dos respectivos Estados.

A grande maioria das instituições estaduais e municipais de ensino superior localiza-se no interior dos respectivos Estados, sediadas em centros de desenvolvimento, estendendo suas ações, quase sempre, às demais regiões dos Estados. Também, são essas instituições as que recebem os egressos das Escolas Públicas do Ensino Médio, possibilitando-lhes mesmo o acesso ao ensino superior, especialmente para aqueles cujo poder aquisitivo não lhes permite se deslocar para as capitais para frequentar uma Universidade Federal.

A importância das Instituições Estaduais e Municipais de Ensino Superior – IEMES, no conjunto da Educação Superior do País, expressa-se nos seus indicadores, aferidos especialmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais – INEP, conforme a sinopse estatística que abrange o período de 1980 a 2001.

A representatividade e o alto conceito no cenário nacional das IEMES são apresentados nas informações e nos quadros que se seguem:

- a) pela maior taxa de variação positiva das matrículas públicas no Ensino Superior nos últimos anos;
- b) pelo maior número de matrículas no ensino público, no setor de formação de docentes para o Ensino Básico;
- c) pelo maior percentual de oferta do ensino público noturno, fundamental para o atendimento da população trabalhadora;
- d) pela interiorização do ensino público no País, pois atendem, diretamente, quase cinco vezes mais, a municípios do interior, se comparadas com as Instituições Federais de Ensino Superior; e
- e) por 86,5% dos cursos públicos ofertados no interior do País.

Quadro 1
Evolução da Matrícula no Brasil

Ano	Total	Federal	Estadual/Municipal	Privada
1980	1.377.286 (100 %)	316.719 (23,0 %)	1.031.111 (74,7 %)	389.456 (28,3 %)
1998	2.125.958 (100 %)	408.640 (19,2 %)	396.089 (18,6 %)	1.321.229 (62,2 %)
98/80	54,4 %	29,0 %	125,7 %	49,3 %

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Quadro 2
Evolução do Número de Concluintes nas Instituições

Ano	Total	Federal	Estadual/Municipal	Privada
1980	226.423 (100 %)	44.353 (19,6 %)	36.595 (16,2 %)	145.475 (64,2 %)
1997	274.384 (100 %)	51.419 (18,8 %)	54.663 (19,9 %)	168.302 (61,3 %)
97/80	21,2 %	15,9 %	49,4 %	15,7 %

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Quadro 3
Evolução das Inscrições no Vestibular nas Instituições

Ano	Total	Federal	Estadual/Municipal	Privada
1980	1.803.567 (100 %)	510.554 (28,3 %)	341.160 (18,9 %)	951.853 (52,8 %)
1998	2.858.016 (100 %)	857.281 (30,0 %)	734.002 (25,7 %)	1.266.733 (44,3 %)
98/80	58,5 %	67,9 %	115,1 %	33,1 %

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Quadro 4
Evolução dos Ingressos pelo Vestibular nas Instituições

Ano	Total	Federal	Estadual/Municipal	Privada
1980	356.667 (100 %)	62.044 (17,4 %)	55.370 (15,5 %)	239.253 (67,1 %)
1998	651.353 (100 %)	89.160 (13,7 %)	107.205 (16,5 %)	454.988 (70,0 %)
98/80	82,6 %	43,7 %	93,6 %	90,2 %

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Quadro 5

Relação Concluintes (A)/Ingressos (A-4) nas Universidades

Ano	Total	Federal	Estadual/Municipal	Privada
1983	65.7 %	70.1 %	62.5 %	60.3 %
1997	64.3 %	67.9 %	80.6 %	57.0 %

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Quadro 6

Relação Alunos/Docentes nas Instituições

Ano	Total	Federal	Estadual/Municipal	Privada
1980	12.5	7.5	9.6	17.9
1998	12.9	9.0	10.4	16.2

Fonte: MEC/INEP/SEEC

Quadro 7

Total de matrículas em 1999

Total de matrículas em 1999	Setor Público		Setor Privado
	Univ. Federais	Univ. Estaduais /Municipais	Comunitárias Filantrópicas Outras
2.377.715	442.835	390.258	1.544.622
100%	35,1%		64,9%

Fonte: MEC/ INEP – Censo Ensino Superior –1999

Quadro 8

Cursos de Formação de Professores

Total	Setor Público			Setor Privado	
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Comunitário Filantrópico
4.276	938	1.103	163	866	1.206
	2.204			2.072	

Fonte: MEC/ INEP – Censo Ensino Superior –1999

Quadro 9
Matrículas nos Cursos de Formação de Professores

Total	Setor Público			Setor Privado	
	Federal	Estadual	Municipal	Particular	Comunitário Filantrópico
811.983	24%	28%		48%	
	195.010	191.342	31.404	163.132	231.095
	417.756			394.227	

Fonte: MEC/INEP – Censo Ensino Superior –1999

Quadro 10
Matrículas Cursos Noturnos

Total	Setor Público		Setor Privado
	IFES	IFEMS	Priv./Com./Filant.
1.326.523	94.820	202.560	1.028.980
	7%	15%	78%

Fonte: MEC/INEP – Censo Ensino Superior –1999

Quadro 11
Matrículas Públicas no Brasil

Natureza	Instituições			Universidades		
	Total	Diurno	Noturno	Total	Diurno	Noturno
Federais	442.562	347.742	94.983	421.353	337.260	84.093
Estaduais	302.380	162.145	140.235	264.938	150.867	114.071
Municipais	87.080	24.755	62.325	38.891	15.884	23.007

Fonte: MEC/INEP – Censo Ensino Superior –1999

Quadro 12

Matrículas Públicas no Nordeste

Natureza	Instituições			Universidades		
	Total	Diurno	Noturno	Total	Diurno	Noturno
Federais	136.630	109.167	27.463	131.095	107.503	23.592
Estaduais	95.291	46.009	49.282	92.300	45.019	47.281
Municipais	12.141	665	11.476	-	-	-

Fonte: MEC/INEP – Censo Ensino Superior –1999

Quadro 13

Matrículas Públicas no Sudeste

Natureza	Instituições			Universidades		
	Total	Diurno	Noturno	Total	Diurno	Noturno
Federais	133.762	107.011	26.914	123.086	100.381	22.705
Estaduais	120.334	78.050	42.284	108.782	71.743	37.039
Municipais	39.335	10.142	29.193	10.846	3.249	7.597

Fonte: MEC/ INEP – Censo Ensino Superior –1999

Quadro 14

Distribuição Geográfica das 192 Instituições Públicas no Brasil

Natureza	Instituições			Universidades		
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Federais	60	38	22	39	27	12
Estaduais	72	22	50	30	12	18
Municipais	60	-	60	3	-	3

Fonte: MEC/INEP – Censo Ensino Superior –1999

Quadro 15

Distribuição dos 3.494 Cursos Públicos no Brasil

Natureza	Instituições			Universidades		
	Total	Capital	Interior	Total	Capital	Interior
Federais	1.721	956	765	1.614	897	717
Estaduais	1.447	314	1.133	1.285	275	1.010
Municipais	326	-	326	146	-	146

Fonte: MEC/INEP – Censo Ensino Superior –1999

Consoante esses dados, vê-se que as IEMES estão progressivamente assumindo grande parte da responsabilidade pelo ensino superior público, constitucionalmente atribuída à União, especialmente no interior do País, já que as instituições federais atuam, predominantemente, nas capitais dos Estados.

No entanto, enfrentam enormes dificuldades para continuar desempenhando, com qualidade, seu papel de principal agente transformador das regiões onde atuam, não só pela redução de verbas públicas oriundas de Estados e Municípios, mas também pela absoluta falta de recursos federais.

Com a pretensão de ver reconhecida a participação e a importância das IEMES no desenvolvimento do ensino superior público nacional, a ABRUEM tem envidado esforços no sentido de sensibilizar a classe política e as autoridades administrativas estatais para a necessidade do apoio financeiro da União.

Propostas do conjunto das IEMES filiadas à ABRUEM para o Programa de Governo dos Candidatos à Presidência da República

As Universidades Estaduais e Municipais, por meio da ABRUEM, sua entidade representativa, apresentam a Vossa Senhoria, para apreciação, solicitando possam ser contempladas na proposta de Plano de Governo a ser submetida ao conjunto da população brasileira, nas eleições de outubro de 2002, as seguintes sugestões:

- a) Afirmação e Expansão do Ensino Superior Público
 1. Garantia da gratuidade do Ensino Superior nas IES públicas estaduais e municipais, mediante fomento de recursos federais;

2. Expansão do Ensino Superior público no segmento das estaduais e municipais, para atendimento das demandas no interior dos Estados, com contrapartidas de recursos do Governo Federal;
3. Garantia da evolução do acesso ao Ensino Superior, da população na faixa etária entre 16 e 25 anos de idade;
4. Política de Educação à Distância no País, acompanhada de financiamento e competentes programas e regulamentação;
5. Desconcentração das Universidades no Centro-Sul, com incentivo à ampliação universitária no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, principalmente no que se refere à Pós-Graduação.

b) Financiamento do Ensino Superior Público nas IEMES

1. Instituição de dotação orçamentária específica para ações e programas das Universidades estaduais, uma vez que estas também integram o sistema de Universidades Públicas brasileiras, sendo hoje as responsáveis pelo crescimento do ensino público superior no País e pela interiorização do conhecimento em quase todo o território nacional, dado que as instituições federais atuam predominantemente nas capitais brasileiras;
2. Garantia do financiamento das Universidades Públicas, alocando-se recursos federais para as IES estaduais e municipais;
3. Retomada dos investimentos necessários para que se garantam os compromissos assumidos no Plano Nacional de Educação, tais como:

- a) ampliação, até 2010, da oferta de ensino superior para, pelo menos, 30% (trinta por cento) da faixa etária dos 18 aos 24 anos, sendo a oferta pública (União e Estados), nunca menos que 40% (quarenta por cento);
 - b) triplicação, em dez anos, e duplicação, em cinco anos, dos recursos destinados a pesquisas científicas e tecnológicas;
 - c) criação de um fundo, com recursos originados nas dívidas dos Estados, para fomentar programas voltados para a modernização das IES estaduais e municipais.
- c) Fomento à Pesquisa, à Pós-Graduação e à Iniciação Científica
1. Lançamento de programas de financiamento (mediante editais) de pesquisa de demanda induzida e regionalizada, incluindo-se recursos para estabelecimento de infra-estrutura para pesquisa;
 2. Lançamento de programas de financiamento de pesquisa de demanda espontânea e universal, incluindo-se recursos para estabelecimento de infra-estrutura de pesquisa;
 3. Apoio a publicações, banco de dissertações e teses e participação de todas as instituições de pesquisa no Portal CAPES;
 4. Alocação de recursos para aumento do número de bolsas de Iniciação Científica, de Mestrado e Doutorado, e para capacitação e qualificação do corpo docente;
 5. Política de fomento à Ciência e à Tecnologia, com a democratização do acesso à produção científica do país e do exterior,
 6. Maior apoio à promoção de eventos científicos.

d) Financiamento de Programas de Avaliação

1. Política de Avaliação da Educação Superior para as Universidades de perfil comunitário, estaduais, municipais e privadas;
2. Financiamento dos Programas de Avaliação das IES estaduais, municipais e confessionais.

Na expectativa de que nossas propostas recebam de Vossa Senhoria a indispensável e honrosa consideração, colocamo-nos ao seu inteiro dispor para o oferecimento de outros subsídios porventura necessários.

os candidatos Ciro Gomes, Anthony Garotinho e Luiz Inácio Lula da Silva. Além destes, os candidatos José Serra, José Maria de Almeida e Rui Costa Pimenta responderam a questões sobre temas que emergiram quando da realização da primeira etapa do Fórum. O resultado dessa reflexão com os candidatos bem como a contribuição de algumas das mais representativas entidades da Educação, da Ciência e da Tecnologia em nosso País são apresentados neste segundo volume.

A publicação dos dois volumes de *Brasil em Questão: a Universidade e a Eleição Presidencial* não pretende, certamente, esgotar o debate. No entanto, como lembra o reitor da Universidade de Brasília, UnB, Lauro Morhy, o objetivo maior do Fórum *Brasil em Questão*, de fomentar positiva contribuição à troca de idéias sobre os grandes desafios de nosso País, foi alcançado, ao tempo em que a UnB cumpriu, mais uma vez, o compromisso assumido com toda a sociedade brasileira, abastecendo a indispensável e necessária transparência do debate político.

**Ciro Gomes • Anthony Garotinho • Luiz Inácio
Lula da Silva • José Serra • José Maria de
Almeida • Rui Costa Pimenta • ANDIFES -
Associação Nacional dos Dirigentes das
Instituições Federais de Ensino Superior • ABMES
- Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino
Superior • ABED - Associação Brasileira de
Educação a Distância • ABRUEM - Associação
Brasileira dos Reitores das Universidades
Estaduais e Municipais • Carta de São Paulo -
4º Congresso Nacional de Educação - CONED**



9 788523 007058